

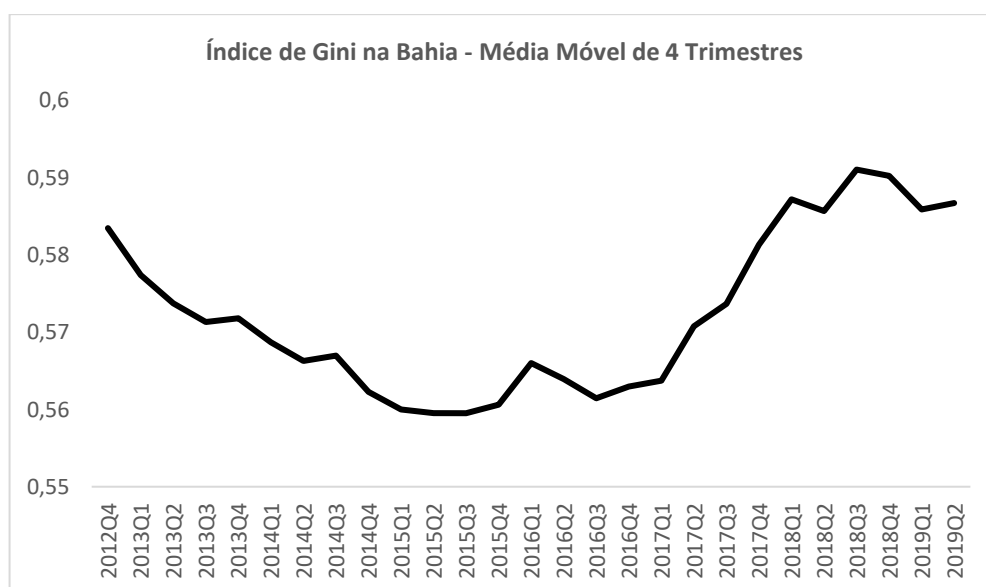


UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

EVOLUÇÃO RECENTE DOS INDICADORES SOCIAIS NA BAHIA

Cleiton Silva de Jesus¹
Evânio Marques Júnior²

Entre o segundo trimestre de 2015 e o segundo trimestre de 2019 a desigualdade de renda do trabalho na Bahia aumentou 4,9%. Além disso, os dados recentes revelam que a Bahia se encontra na sexta posição no ranking estadual da desigualdade de renda, logo atrás da Paraíba, Amazonas, Sergipe, Piauí e Ceará, nesta ordem. A desigualdade aqui é mensurada pelo tradicional índice de Gini, que assume os valores entre zero (perfeita igualdade) e um (perfeita iniquidade). Nós calculamos este índice a partir dos dados de renda domiciliar per capita da PNAD contínua, que é disponibilizada trimestralmente pelo IBGE desde 2012. A evolução da média móvel de quatro trimestres deste indicador de desigualdade pode ser observada na Figura abaixo.



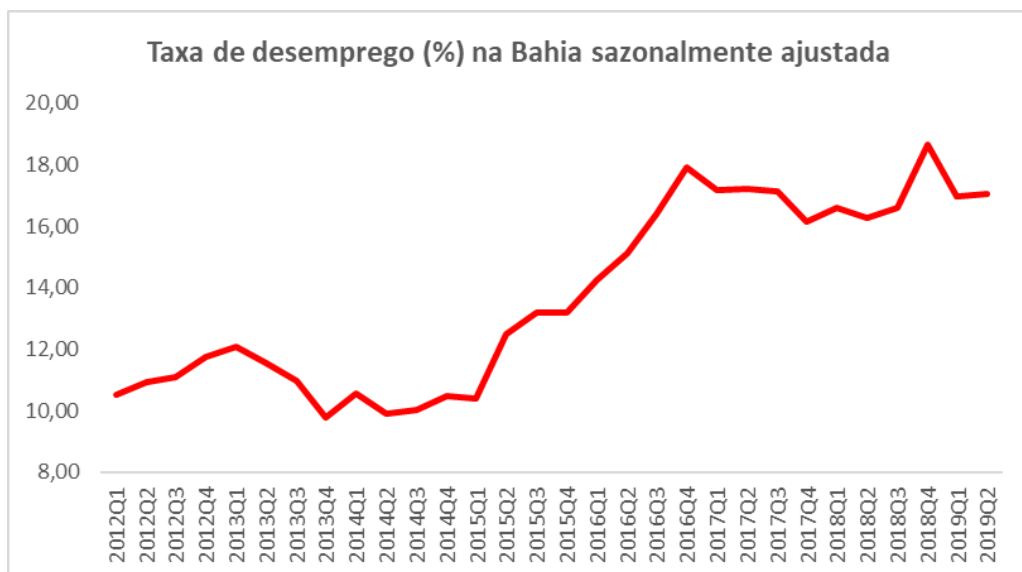
Fonte: PNADC trimestral do IBGE. Elaborado pelos autores.

¹ Professor do DICS, Tutor do PET Economia e Pesquisador do GEMA. E-mail: csj@uefs.br

² Discente de Economia (UEFS), membro do PET Economia e Monitor de Econometria. E-mail: evanio.economia@gmail.com

Estes dados revelam que depois de um período de queda quase contínua da desigualdade no quadriênio 2012-2015, a desigualdade aumentou rapidamente entre 2015 e 2017, se estabilizando deste então. Portanto, mesmo após o fim da recessão econômica, no primeiro trimestre de 2017, a desigualdade de renda não cedeu na Bahia, de modo que nos últimos dez trimestres o índice de Gini se estabilizou em torno de um patamar muito alto (0,58).

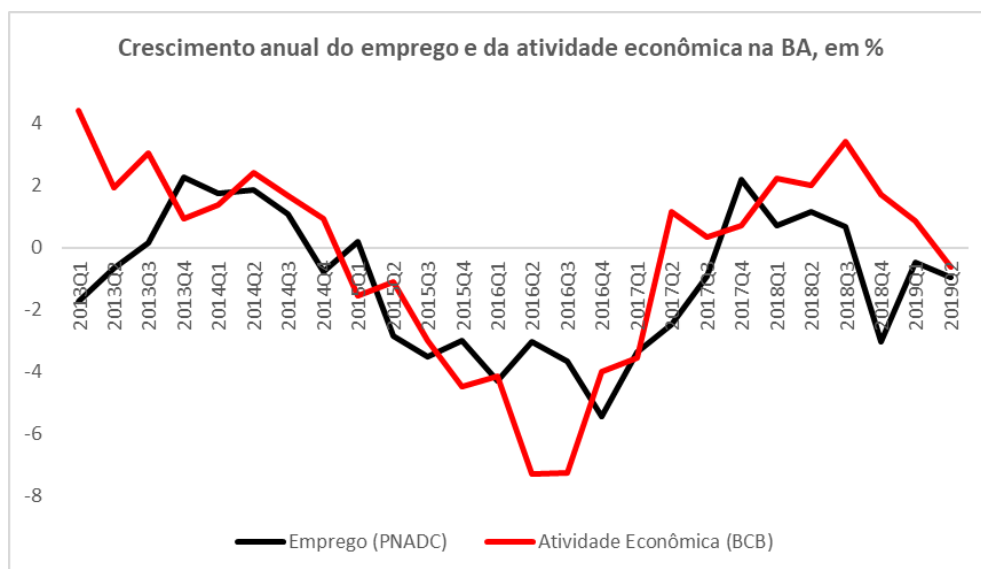
O aumento da desigualdade de renda se coincidiu com o aumento da taxa de desemprego da força de trabalho. De fato, a taxa de desemprego baiana, também calculada por meio da PNAD contínua, cresceu rapidamente durante o período recessivo. Esta taxa aumentou impressionantes 7,5 pontos percentuais do período entre o início de 2015 o final de 2016, conforme pode ser visto na Figura abaixo.



Fonte: PNADC trimestral do IBGE. Elaborado pelos autores.

Os últimos dados disponíveis também revelam que a Bahia é o estado líder em matéria de desemprego: a taxa de desemprego no Brasil é de 12% e na Bahia é de 17,3%. Destaca-se que em apenas duas ocasiões, desde 2012, a taxa de desemprego na Bahia encontrou-se em um patamar inferior a dois dígitos. E mais: até o momento não se nota uma tendência de queda na taxa de desemprego baiana, embora esta taxa esteja em queda (lenta) no Brasil desde o fim da recessão. O alto nível de desemprego na Bahia é consequência, dentre outras coisas, do baixo crescimento econômico. De fato, nós também calculamos a correlação entre um índice da taxa de emprego (complemento da taxa de desemprego) e a média trimestral do índice de atividade econômica da Bahia, medido pelo IBC do Banco Central, calculado para o estado da Bahia. A

correlação entre essas duas séries é alta (0,85) e significativa. As taxas de crescimento anual destas duas séries podem ser vistas na Figura abaixo.



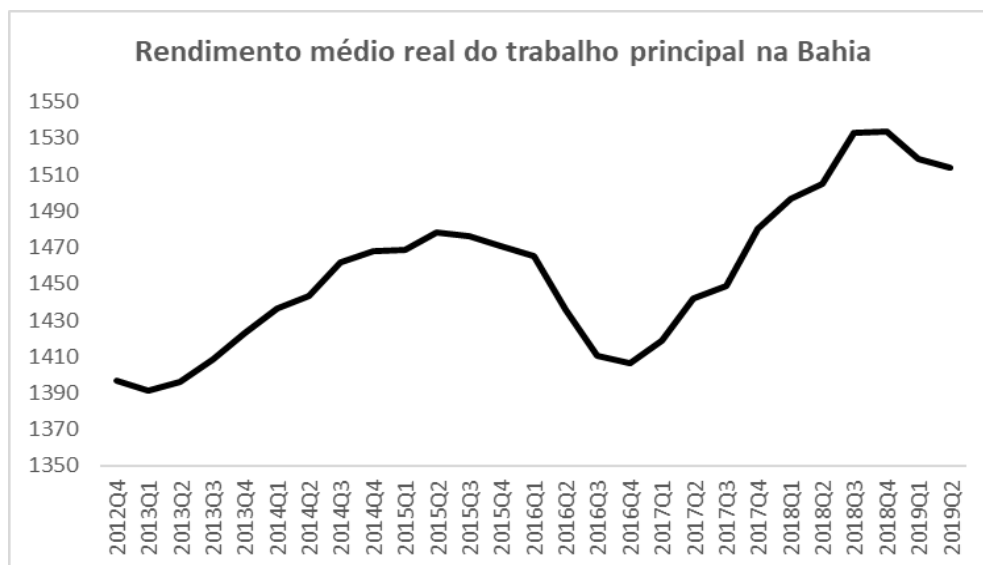
Fonte: PNADC trimestral do IBGE. Elaborado pelos autores.

Justamente como esperado, nos períodos em que o crescimento econômico anualizado é positivo a taxa de crescimento do emprego na Bahia tende a ser positiva. Esta relação estatística entre emprego e atividade econômica também é verificada quando utilizamos o índice de emprego estadual construído por meio dos dados do CAGED (apenas emprego formal) ao invés da taxa de emprego calculada a partir da PNAD contínua, que também leva em conta o emprego informal. Uma informação relevante verificada nos dados do CAGED para o estado da Bahia é que o setor da construção civil foi o que mais cresceu (9,29%) em termos de geração de postos de trabalho formal nos últimos doze meses encerrados em julho de 2019, enquanto a agropecuária foi o setor que mais destruiu proporcionalmente postos de trabalho (-2,96%).

A desaceleração contínua do crescimento da economia baiana após o terceiro trimestre de 2018 é um fato preocupante, especialmente por causa dos atuais níveis de desemprego e de desigualdade observados no estado. Sem a retomada sustentada do crescimento econômico dificilmente a taxa de desemprego diminuirá de maneira consistente e, sem a retomada do emprego, os indicadores de vulnerabilidade social não apresentarão as melhorias necessárias.

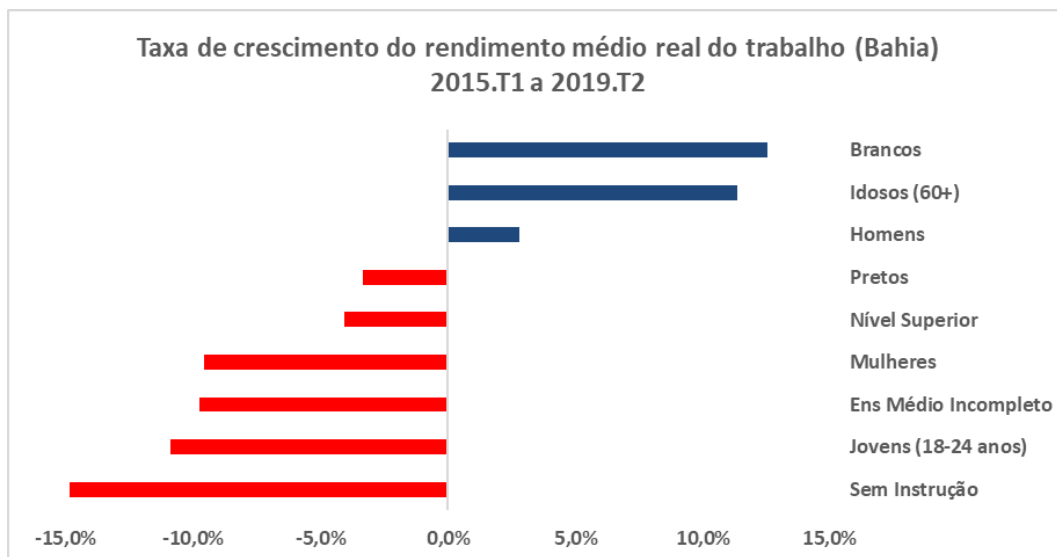
Um indicador que tem apresentado, na Bahia, uma dinâmica diferente daquela observado na economia brasileira em período recente é o rendimento real médio do trabalho. Quando calcula-se a média móvel de quatro trimestres deste indicador, seja baseado no rendimento do trabalho principal ou de todos os trabalhos, habitualmente recebidos ou eventualmente recebidos,

percebe-se que nos últimos três trimestres a última tendência de alta parece ter sido revertida, após um aumento de expressivos 10% entre o início de 2016 e o final de 2018 (Figura abaixo). No Brasil, por outro lado, de acordo com o último dado disponível, verifica-se apenas uma estagnação da renda real do trabalho. Na média dos últimos quatro trimestres verifica-se que o rendimento médio real do trabalho principal na Bahia foi de R\$ 1.513, contra uma média de R\$ 2.228 para o Brasil como um todo.



Fonte: PNADC trimestral do IBGE. Elaborado pelos autores.

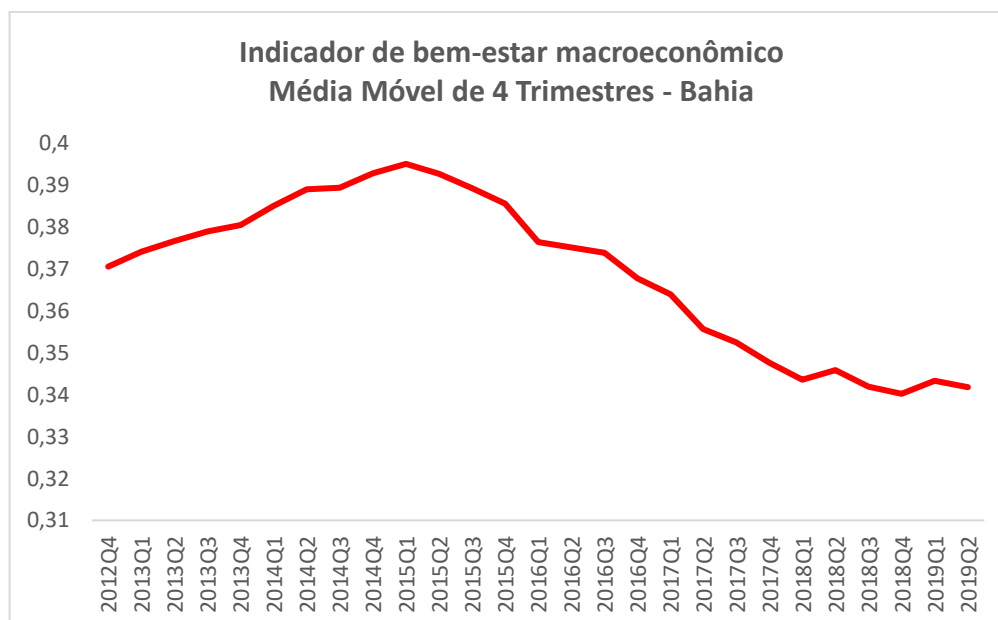
No que diz respeito à dinâmica do mercado de trabalho outra questão relevante é a seguinte: o que aconteceu com o rendimento real dos diferentes grupos de trabalhadores ao longo dos últimos anos? Para responder esta questão nós fizemos um recorte da amostra por grupos e tomamos como referência o período partir do qual a taxa de desemprego e a desigualdade começaram a subir e o rendimento real a cair, o primeiro trimestre de 2015. A partir deste recorte nós notamos (Figura abaixo) que alguns grupos historicamente excluídos tiveram perdas significativas na renda do trabalho: os sem instrução perderam -14,8%, os jovens de 18 a 24 anos 10,9%, as mulheres 9,6% e os pretos 3,3%. Por outro lado, notamos que o rendimento do trabalho dos homens, brancos e idosos cresceram em termos reais, a despeito da conjuntura econômica adversa no estado.



Fonte: PNADC trimestral do IBGE. Elaborado pelos autores.

Na sequência calculamos um indicador³ sintético de bem-estar macroeconômico baseado na taxa de desemprego da força de trabalho e na desigualdade de renda. O indicador definido como $(1 - \text{desemprego})(1 - \text{desigualdade})$ aumenta à medida em que o desemprego (a desigualdade) cai, mantida a desigualdade (o desemprego) constante. Como desemprego e desigualdade são positivamente correlacionados espera-se que, em geral, o aumento do desemprego seja acompanhado por aumento da desigualdade e, conseqüentemente, por piora no bem-estar macroeconômico. Na Figura abaixo trazemos a evolução da média móvel de quatro trimestres deste indicador para o estado da Bahia.

³ Este indicador pode ser chamado de Índice de Okun-Sen, uma vez que leva em conta a taxa de desemprego da força de trabalho (tal como no Misery Index de Arthur Okun) e a desigualdade de renda medida pelo Índice de Gini (tal como na função de bem-estar proposta por Amartya Sen). A diferença é que o indicador de Okun leva em conta também a inflação e o indicador de Sen considera a renda média da sociedade.



Fonte: PNADC trimestral do IBGE. Elaborado pelos autores.

O que mais chama atenção é que o indicador de bem-estar, após subir de maneira consistente no período 2012-2014, passa a cair quase que ininterruptamente a partir de 2015. Do nível mais alto da série (início de 2015) até o nível mais baixo (final de 2018) a queda no bem-estar foi de 13,9%. Todos os estados do Nordeste apresentaram queda no bem-estar durante este período, mas na Bahia esta queda foi muito mais acentuada, seguida do Maranhão (queda de 13,2%) e do Ceará (12%). Desde o final de 2017 a Bahia se destaca como o estado que apresenta pior nível de bem-estar no Nordeste. Então, se o nordestino médio perdeu bem-estar após o último ciclo recessivo, o baiano médio perdeu ainda mais. O pior, não há sinais que este contexto socioeconômico perverso no estado esteja sendo revertido, ainda que timidamente.

O que os dados sugerem sobre a evolução da pobreza? Esta pergunta é muito relevante, e para responde-la é preciso de uma definição para a linha de pobreza. Reconhecemos que não existe uma única definição de pobreza disponível na literatura especializada. Ainda assim, optamos por utilizar uma definição para a linha de pobreza que é bastante simplificada: é pobre quem possui rendimento mensal habitual de até meio salário mínimo vigente. Com esta definição, que é razoavelmente arbitrária, pode-se calcular o percentual de pessoas pobres a partir dos dados que temos disponíveis. Ao utilizar apenas os dados do segundo trimestre de cada ano nota-se que, na Bahia, o percentual de pessoas pobres cai entre 2012 e 2015, mas sobe abruptamente em 2016, como pode ser observado na Figura abaixo.



Fonte: PNADC trimestral do IBGE. Elaborado pelos autores

A queda do percentual de pessoas pobres a partir de 2016 tem sido bastante lenta, de modo que demorará muito tempo para que a proporção de pessoas pobres volte para o nível observado em 2015 (24,5%), caso a velocidade desta queda não mude. Também é notório que o nível de pobreza na Bahia é bastante superior àquele observada no Brasil, quando a comparação é feita a partir da mesma métrica. Enquanto no segundo trimestre de 2019 a proporção de pessoas pobres situou-se em torno de 27,8%, na Bahia, esta proporção era de apenas 12,7% no Brasil. A baiano médio parece ser muito mais pobre que o brasileiro médio. Ao fazer um ranking estadual da pobreza nota-se que a Bahia ocupa a quarta posição em matéria de pobreza, ficando atrás apenas do Piauí, Maranhão e Ceará.